

As definições constitutivas da agricultura familiar e seus mercados como propulsora de desenvolvimento (rural)

The constitutive definitions of family farming and its markets as a propulsor of development (rural)

Recebimento dos originais: 02/11/2018

Aceitação para publicação: 04/12/2018

Susã Sequinel de Queiroz

Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Rua Pernambuco, 1777 – Centro, Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil
E-mail: susasqueiroz@hotmail.com

Clério Plein

Doutorado em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Rua Maringá, 1200 – Vila Nova, Francisco Beltrão – PR, Brasil
E-mail: clerioplein@gmail.com

Adriana Maria de Grandi

Doutorado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Viçosa
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Rua Pernambuco, 1777 – Centro, Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil
E-mail: adrianadegrandi@gmail.com

Ana Paula da Silva Leonel

Pós-doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Doutorado em Aqüicultura pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Rua Pernambuco, 1777 – Centro, Marechal Cândido Rondon – PR, Brasil
E-mail: apsleonel@gmail.com

RESUMO

Este ensaio teórico pretende fazer uma reflexão teórica sobre as principais tendências e discussões que envolvem a construção do tema do desenvolvimento (rural), da agricultura familiar e dos mercados nos quais ocorrem as respectivas transações, interpretando os mercados como um princípio de ordenamento social e de construção social que estão ocorrendo no espaço rural. Os estudos parecem ter um relativo consenso sobre o papel da agricultura familiar e das formas heterogêneas de sua inserção na dinâmica da economia capitalista. Mesmo que de forma disseminada, as abordagens tendem a concordar que, no Brasil e em outros lugares do mundo, o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às muitas fragilidades das populações rurais. Os mercados locais ou de proximidade demonstram serem alternativas de que a agricultura familiar pode lançar mão e cada mercado é um *locus* específico, em geral um povoado

rural ou um pequeno município, onde ocorrem as transações. Trata-se de mercados socialmente construídos e nos quais as trocas materiais estão imersas em relações sociais de reciprocidade e de interconhecimento. A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso. Esses pesquisadores sustentam o argumento de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e a sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e a agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo.

Palavras chave: Desenvolvimento (rural). Agricultura familiar. Mercados.

ABSTRACT

This theoretical essay intends to make a theoretical reflection on the main trends and discussions that involve the construction of the theme of rural development, family agriculture and the markets in which the respective transactions occur, interpreting the markets as a principle of social ordering and social construction that are occurring in rural areas. The studies seem to have a relative consensus on the role of family agriculture and the heterogeneous forms of their insertion in the dynamics of the capitalist economy. Even though in a widespread way, approaches tend to agree that in Brazil and elsewhere in the world, rural development actions should focus on combating poverty and the many fragilities of rural populations. Local or local markets prove to be alternatives that family farming can take advantage of and each market is a specific locus, usually a rural settlement or a small town where transactions take place. These are socially constructed markets and in which material exchanges are immersed in social relations of reciprocity and inter-knowledge. The appreciation of family farming and the recognition of its potential for boosting local economies may be the main point of consensus. They argue that the ability of family farmers to innovate and interact with local institutions is critical if they are to increase value generation and aggregation, reduce transaction costs, and stimulate economies of scope.

Keywords: Development (rural). Family farming. Markets.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento e a explicação dos processos sociais correlatos estão sendo formulados e enfatizados por alguns elementos de mudanças políticas, sociais e econômicas que amparam a transformação por que passa o referido tema. Esses elementos de mudança representam importantes aparatos científicos para identificar as dimensões fundamentais do desenvolvimento, como a econômica, a social, a ambiental e as relações entre elas (FAVARETO, 2006).

A partir da década de 1990 essas questões ingressaram nas discussões sobre desenvolvimento, adentrando os espaços em que outrora se discutiam somente questões sobre crescimento econômico, sustentabilidade e justiça social (SCHNEIDER, 2010).

Neste ensaio teórico, o que se pretende é fazer uma reflexão teórica sobre as principais tendências e discussões que envolvem a construção do tema do desenvolvimento (rural), da agricultura familiar e dos mercados nos quais ocorrem as respectivas transações, interpretando os mercados como um princípio de ordenamento social e de construção social que estão ocorrendo no espaço rural.

A expectativa é que este trabalho possa estimular os estudos sobre o desenvolvimento (rural) e sobre os mercados sob um ponto de vista da nova sociologia econômica e da teoria institucional, como sendo espaços de interação social, econômica e cultural.

Para fazer essa reflexão, este ensaio teórico está dividido em três seções. Na primeira vão identificados os principais fatores responsáveis pela construção da discussão sobre desenvolvimento (rural) e seus correlatos. A segunda seção trata da agricultura familiar e de seus mercados na busca por desenvolvimento (rural). E, por último, as considerações finais, em que vão indicados alguns desafios ao debate sobre o desenvolvimento rural, a agricultura familiar e seus mercados.

2 O DESENVOLVIMENTO (RURAL) E SEUS CORRELATOS

Ao se tentar compreender os chamados processos de desenvolvimento – no sentido que essa expressão pretende tomar no decorrer desta discussão – logo aparece um primeiro desafio, que é o da insuficiência de aparatos teóricos para o estudo desses processos. Então, diante do desafio, se se pretende prosseguir, é inevitável observar os gargalos existentes entre teorias sobre meio ambiente, estruturas sociais e instituições, aspectos geralmente trabalhados de maneira isolada por tradições disciplinares concorrentes como a economia, a sociologia ou a geografia, por exemplo. Essas disciplinas, na verdade, deveriam ser complementares para a elaboração científica dos conceitos de “desenvolvimento” ou de “processos de desenvolvimento”, abarcando tudo o que lhes deve ser pertinente, assunto que será abordado neste ensaio teórico.

Quanto à questão ambiental destacam-se os estudos de Jared Diamond e de Ignacy Sachs. Na obra de Jared Diamond (2007), intitulada “Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso”, o intento é demonstrar os caminhos que, ao longo dos tempos, levaram muitas sociedades a esmorecer por problemas provenientes de crises ambientais ou, de forma inversa, como elas alcançaram soluções e alternativas que evitaram desastres.

Diamond (2007), em sua obra, focaliza um aspecto inegavelmente importante por conseguir evidenciar as determinações ambientais para o desenvolvimento das sociedades humanas sem cair nos aspectos negativos do biologismo. Diamond enfatiza o entendimento de que não existe nada superior na constituição biológica de um grupo de indivíduos de uma sociedade em relação aos grupos das demais sociedades. Para isso comprova, inclusive, que grupos de indivíduos oriundos da mesma constituição construíram sociedades totalmente diferentes e que as razões são determinantes históricas e ambientais.

Uma das principais críticas que se pode fazer ao pensamento de Diamond está no aspecto de que ele visualiza as sociedades humanas como grupos que evoluem em respostas a aspectos voltados ao meio ambiente, não vislumbrando qualquer mediação com os aspectos sociais que

perpetuam a história. O autor aceita esta crítica e argumenta que, em muitas situações, a estrutura social agiu como facilitador ou impedor da propagação de inovações importantes para o destino das respectivas sociedades, mas ressalta que, na sua concepção e em última instância, a determinação ainda será ambiental (FAVARETO, 2006).

Segundo Sachs (1995), nos seus estudos em busca de novas estratégias de desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento se apresenta com um teor pluridimensional que se evidencia por vários adjetivos que o escoltam, como econômico, social, político, cultural, durável, viável e, por fim, humano, entre outros. Segundo o autor, os esforços devem ser concentrados na seguinte proposta: o social no comando, o ambiental enquanto restrição assumida e o econômico realocado em seu papel instrumental.

No âmbito social é preciso considerar a abordagem das capacitações nos estudos de Amartya Sen, economista e filósofo que ficou conhecido mundialmente por sua assessoria a órgãos das Nações Unidas, num trabalho que resultou no Índice de Desenvolvimento Humano -- IDH e pela conquista do Prêmio Nobel de Economia em 1998. A ideia central da construção do quadro de análise de Sen (1992) é que a expansão das liberdades do ser humano é, ao mesmo tempo, o fim e o meio dos processos de desenvolvimento. Os fins e os meios do desenvolvimento solicitam que a perspectiva da liberdade seja posta no centro do palco. Sua abordagem se diferencia muito das abordagens tradicionais da igualdade, com relação à renda principalmente. E, em uma segunda aquisição da construção teórica de Amartya Sen, em sua teoria, o desenvolvimento pode ser “medido”, já que algumas das capacidades da humanidade podem ser mensuradas e comparadas.

Para Sen (1992), o desenvolvimento busca a extração das primordiais fontes de privação de liberdade: pobreza e opressão, ausência de oportunidades econômicas, degradação social sistemática, indiligência ou displicência dos serviços públicos e incomplacência, intransigência ou interferência excessiva de Estados repressores. Atualmente o mundo nega liberdades até mesmo à maioria das pessoas.

Outro aspecto na teoria de Sen (1992) diz respeito à mudança do desenvolvimento. Ao dar ênfase à expansão das liberdades, ele reconhece que existe um conflito na organização dessas liberdades. Por essa razão, portanto, algumas sociedades são pouco desenvolvidas porque nelas as liberdades são restritas e inversas, porque onde ocorre uma expansão das liberdades, ali resulta o desenvolvimento. Nesse âmbito, as pessoas são vistas como envolvidas ativamente quando lhes é dada uma oportunidade nos seus destinos e não, simplesmente, como beneficiárias passivas do resultado de um programa de desenvolvimento, por exemplo.

O debate acerca das instituições, no âmbito econômico, tem seu início no chamado "velho institucionalismo", maiormente com Veblen (1974) e em Commons (1959), cujos trabalhos

apontavam a importância das instituições na regulação do mercado e no desenvolvimento econômico de uma nação.

Com o estudo de Ronald Coase (1937), intitulado “*The Nature of the Firm*”, e, a partir da década de 1970, com os trabalhos do precursor de Coase, Oliver Williamson (1975, 1985, 1996) e Douglass Cecil North (1991), iniciou-se um conjunto de ideias alternativo ao velho institucionalismo: a chamada Nova Economia Institucional -- NEI, centrada na noção de custos de transação advindos da Teoria dos Custos de Transação -- TCT. Trata-se de estudos também distintos da abordagem neoclássica, cuja unidade de análise objetiva a produção e os custos de produção. Assim, a NEI, além de trazer para o centro de análise as instituições, apresenta como unidade de análise as transações e os custos originados da TCT.

Na perspectiva de North (2006), a NEI oportunizou uma visão mais expandida do desempenho econômico ao agregar novos elementos de estudos, como custos de transação, incertezas, coordenação das ações dos agentes econômicos, assimetria informacional, racionalidade limitada, comportamento oportunista dos agentes, direitos de propriedade, especificidade dos ativos, entre outros enfoques válidos não considerados no velho institucionalismo.

Como elucidam Williamson (2008) e Zylbersztajn (2009), a NEI propõe duas vertentes analíticas complementares, direcionadas ao estudo das organizações: uma macroanalítica e uma microanalítica. A vertente macroanalítica da NEI é de natureza macrodesenvolvimentista, enfatizando a origem, a estruturação e mudanças das instituições ao longo do tempo. Nesse grupo se encontram os trabalhos de Douglas North, de Steven Cheung e de Barry Eichengreen, tendo como primordial foco a relação entre instituições e desenvolvimento econômico. Nesse primeiro nível de análise da NEI, centrado nas instituições econômicas, recebem especial ênfase os estudos de Douglas North (1990, 1991, 2006). O autor está centrado nas forças que dão formato às instituições e explicitam o aparecimento de normas e regras sociais fundamentais para o estudo das organizações.

A segunda vertente da NEI é a microanalítica. De natureza microinstitucional, é expressada pela economia das organizações, que foca a natureza explicativa dos diferentes arranjos institucionais (que podem ser mercados, Estados, hierarquias corporativas, redes, associações, comunidades) adotados pelas organizações. Essa vertente está preocupada com a análise de estruturas de governança, levando em conta as microinstituições, ou seja, aquelas que regulam transações específicas. Nesse grupo estão as contribuições de Harold Demsetz, de Oliver Williamson (TCT, University of California-Berkeley), de Claude Ménard (Paris I-Sorbonne) e de Yoram Barzel (Teoria dos Custos de Mensuração -- TCM, Washington University), cuja perspectiva é microanalítica (ZYLBERSZTAJN, 2009).

North usa uma metáfora para ilustrar as instituições como sendo as regras do jogo e as organizações, os jogadores, que representam os diversos times que disputam o campeonato da sociedade. Segundo a visão de Dequech (2001), as instituições podem também “jogar” por uma perspectiva construtiva, e não meramente restritiva, na interação dos indivíduos.

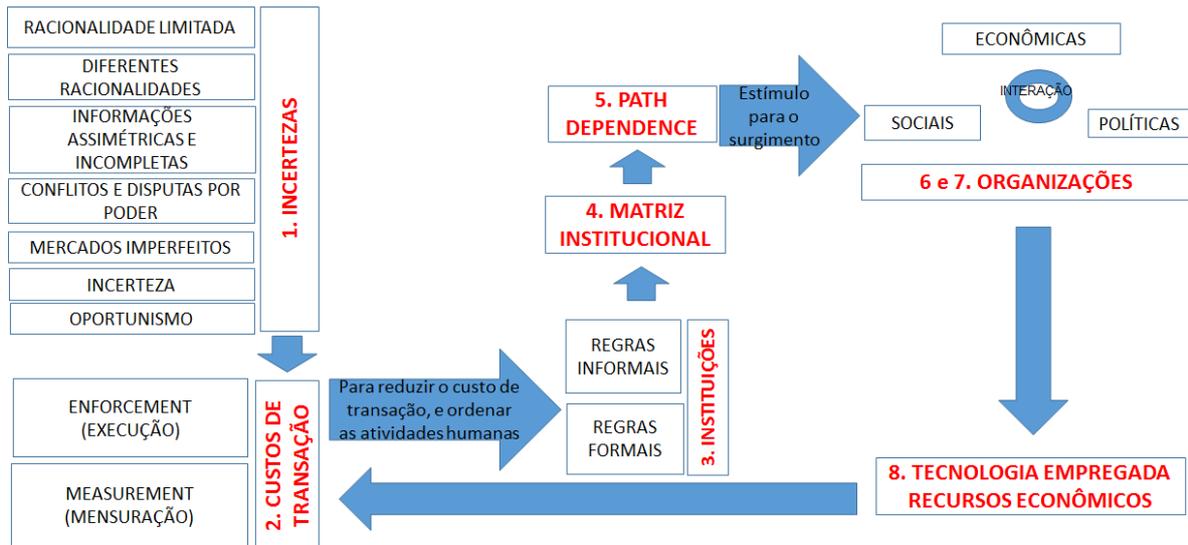
As organizações são os jogadores que geram a dinâmica do modelo a partir dos estímulos ofertados pela matriz institucional. Para North, as organizações são os principais agentes de uma sociedade e, dentro dessa categoria, são encontrados os mais diversos atores: “political bodies (political parties, the Senate, a city council, a regulatory agency), economic bodies (firms, trade unions, family farms, cooperatives), social bodies (churches, clubs, athletic associations), and educational bodies (schools, universities, vocational training centers)” (NORTH, 1990, p. 5).

Segundo North (1991), as instituições (as regras do jogo) são, em seu fundamento, pontos de vista humanos que estruturam as relações políticas, econômicas e sociais, sendo que a sua interação com as organizações aperfeiçoa a evolução institucional de uma economia. North (2006) caracteriza as instituições como sistemas de normas formais (Constituição, leis, regulamentações), restrições informais (normas de conduta, costumes, convenções, tradições, tabus) e sistemas de controle ou mecanismos de *enforcement*, que regulam a interação humana na sociedade. (NORTH, 1990).

Gala (2003) aponta que os custos de *enforcement*, por sua vez, referem-se à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser trocado. North procura mostrar a dificuldade enfrentada pelos agentes econômicos por conta da existência de incerteza. A partir daí, introduz o conceito de instituições, que será a base de todo o seu modelo. Estas, ao reduzirem os custos de transação, atenuando o problema da incerteza, facilitarão a coordenação econômica e social (NORTH, 1990). Então, para reduzir a incerteza e para superar os custos de transação surgem as instituições.

A Figura 1 visualiza a dinâmica da matriz institucional. Ao resguardar as instituições (formais e informais) de uma sociedade num ponto particular no tempo, a matriz institucional é responsável pela interação dos diversos agentes sociais, principalmente os que têm envolvimento com atividades econômicas. Para North, a dinâmica da matriz institucional promove a evolução social e as suas consequências de desempenho nos campos econômico e político. Essa matriz institucional intenta dar operacionalidade à teoria (NORTH, 1990).

Figura 1 - A matriz institucional do desempenho econômico para North



Fonte: Elaborado pelos autores (2018)

A Figura 1 explicita que o ambiente econômico, político e social dos agentes é contaminado por incertezas decorrentes da racionalidade limitada dos indivíduos, das diferentes racionalidades concorrentes, da assimetria e incompletude das informações, dos conflitos e das disputas de poder, dos mercados imperfeitos e das atitudes oportunistas. Tudo isso concorre para o aumento dos custos de transação, como indicado nos estudos da TCT de Williamson. Esses custos de transação podem ser classificados em: problemas de *measurement* (mensuração -- proveniente dos estudos de Barzel) e *enforcement* (execução -- a aplicação das regras do jogo de North, por exemplo). No intento de reduzir os custos de transação e de concatenar as atividades humanas, as sociedades desenvolvem as instituições. Estas são um compilado de regras formais (leis, normas, constituições) e informais (crenças, costumes, cultura, hábitos, convenções e códigos de comportamento) e sua aplicação ou execução (*enforcement*) na estruturação das interações sociais.

A partir dessa matriz, os principais agentes de mudança no modelo de North são as organizações. As organizações, ao operarem, afetam variáveis políticas, econômicas e sociais. Essas variáveis sofrem uma interação entre si. Dados a recursos econômicos juntamente com a tecnologia empregada, esses fatores definem os custos de transação e, então, são responsáveis pela evolução institucional e pelo desempenho econômico das sociedades ao longo do tempo (NORTH, 1990, 1994).

Segundo Rostow (1974), o desenvolvimento econômico passava por cinco etapas: i) a sociedade tradicional, ii) as condições para o arranco, iii) o arranco, iv) a marcha para a maturidade e v) a era do consumo em massa. Vários pensadores são críticos desse entendimento. Um desses autores é Furtado (1974), com sua obra "O Mito do Desenvolvimento Econômico", em que trata do desenvolvimento econômico como sendo um mito, justificando que esse

desenvolvimento progressivo não se sustenta por dois fatores: i) por problemas ambientais atrelados à questão dos recursos que não são renováveis e ii) por conta das desigualdades sociais.

Thomas (2000) atribui ao desenvolvimento três sentidos: uma percepção do Estado sobre o que seria uma sociedade desejável, um processo histórico de mudança social onde as sociedades são modificadas ao longo do tempo e um esforço dos atores envolvidos no processo no sentido de promover melhorias, ou seja, o desenvolvimento como prática. Nessa perspectiva, narra como isso se manifesta nos processos de desenvolvimento rural, por exemplo.

O desenvolvimento rural foi aproximado ao conjunto de ações do Estado e dos organismos internacionais designadas a intervenções nas regiões rurais pobres que não se integraram ao processo de modernização agrícola por conta da aplicação de fatores de produção considerados retrógrados (NAVARRO, 2001). O desenvolvimento rural possui outros correlatos, como: desenvolvimento agrário, desenvolvimento agrícola e desenvolvimento rural sustentável.

Schneider (2007) defende que o desenvolvimento rural ficou atrelado à agenda das ações de intervenção do Estado ou das agências de desenvolvimento, afastando muitos pesquisadores e estudiosos desse tema, por considerá-lo muito político e normativo. Isso fez com que os estudos rurais brasileiros, principalmente os acadêmicos, deixassem de lado o tema do desenvolvimento rural, que então passa a ser identificado como políticas de intervenção no meio rural, principalmente em regiões pobres. Somente a partir da década de 1990 uma mudança de enfoque e de entendimento sobre o desenvolvimento rural ganhou espaço no Brasil, revitalizando o tema e originando novas abordagens (SCHNEIDER, 2007).

Favareto (2006) salienta que o processo por que passa o rural, que estava condenado ao desaparecimento, se integra completamente à dinâmica mais generalizada dos processos de desenvolvimento, por meio tanto da unificação de distintos mercados como também por meio de criação de instituições que regulamentam as formas de uso social desses espaços, reafirmando parte da teoria de North.

Três são as dimensões fundamentais e embasadoras da ruralidade segundo Abramovay et al. (2003): a proximidade com a natureza, a ligação com as cidades e as relações interpessoais provenientes da baixa densidade da população e do seu tamanho reduzido. No que tange à proximidade com a natureza, com os recursos naturais, esse âmbito é agora objeto de busca de novas formas de utilidade social, destacando a preservação da biodiversidade, o aproveitamento do potencial paisagista e a busca por fontes renováveis de energia, por exemplo (ABRAMOVAY et al, 2003).

Para Long (1996), outro aspecto importante a se considerar no desenvolvimento rural relaciona-se ao conhecimento, envolvendo ciência e tecnologia. Muitos são os argumentos sobre a

natureza e o impacto do crescimento desenfreado das tecnologias de informação, com complexos sistemas de informação e meios de comunicação, bem como tecnologia de produção e formas computadorizadas de raciocínio. Esse domínio abrange a geração, a disseminação e a utilização de metamorfoses do conhecimento. Então ocorrem metamorfoses por junção entre os modos nomeados especialistas e do conhecimento local, por choques e ligações entre discrepâncias epistemológicas e quadros culturais, bem como por transformação do conhecimento e da tecnologia na interface entre as instituições do desenvolvimento.

Cada vez mais fica explicitada a transformação do cenário econômico, social e cultural, apesar de que a linguagem do desenvolvimento tendência a se adaptar e a se reconstruir em nível local como os "mercados de proximidade", por exemplo, oriundos da agricultura familiar, assunto de que se trata no item a seguir.

3 A AGRICULTURA FAMILIAR E SEUS MERCADOS NA BUSCA POR DESENVOLVIMENTO (RURAL)

Abramovay (1992) foi o primeiro autor no Brasil a distinguir o campesinato (sociedade dos camponeses) da agricultura familiar. No caso, "agricultura familiar" é um termo ainda em construção. Correlatos tradicionais de agricultura familiar são termos como "camponês", usado por Kaustky (1986), por Graziano da Silva (1999) e por Mendras (1976) ou como "campesino", bastante usado por Chayanov (2017), ou "campesinato" e "camponeses", usados por Van Der Ploeg (2008) e por Garcia Júnior (1989).

Abramovay (2012) sinaliza a atenção para as diferenças entre campesinato e agricultura familiar. A agricultura familiar, ao se integralizar ao mercado econômico, perde a sua característica camponesa, pois o camponês se agrega parcialmente aos mercados incompletos. Sendo assim, uma definição precisa faz-se necessária para o entendimento da contradição de um sistema econômico que, ao mesmo tempo em que devasta a produção camponesa, eleva a agricultura familiar como a primordial base social de desenvolvimento.

A agricultura familiar sempre existiu e, portanto, não se trata de uma novidade. Foi na primeira metade da década de 1990 que essa percepção se firmou como uma categoria política, sendo então compreendida por estudiosos e por formuladores de políticas, o que lhe confirma na atualidade uma capacidade de se tornar referência em oposição a outras percepções da mesma maneira poderosas, como o agronegócio, por exemplo (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Abramovay (1992), a agricultura familiar é oriunda do campesinato, porém ela representa uma forma de organização do trabalho e da produção bastante distinta, em função da sua

crescente integração aos mercados. A agricultura familiar tem as suas origens históricas no campesinato, entretanto é uma superação das formas camponesas, é um outro modo de vida. O que concorreu para essa ruptura entre esses modos de vida e os respectivos termos foi a crescente mercantilização.

No Brasil, o debate sobre a agricultura familiar passou a ganhar força a partir do final dos anos 1980 e início dos anos 1990 com a abertura comercial e econômica dos mercados no governo Collor (1990-1992). Nessa época, a expressão “agricultura familiar” emergiu como temática importante concomitantemente nas esferas políticas e acadêmicas (PLEIN, 2003).

A agricultura familiar é aquela onde a administração, a propriedade e o maior percentual do trabalho são oriundos de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou parentesco. Existem polêmicas sobre essa definição e pouca operacionalidade teórica por causa dos setores sociais e das suas representações que sustentam categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas. O importante é que a definição contenha os três atributos clássicos (administração, propriedade e trabalho familiares) sempre presentes nas unidades da agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1997).

Abramovay et al. (2003) explicita que a agricultura familiar, outrora denominada também com mais outros termos correlatos – além dos acima apresentados --, como “pequena produção”, “agricultura de baixa renda” ou “agricultura de subsistência”, não foi eliminada com o processo do desenvolvimento do capitalismo. Pelo contrário, passou a ser responsável por grande parte da produção agropecuária nacional. As suas unidades produtivas são constituídas com capacidade de incorporação de mudanças tecnológicas significativas, de participação em mercados dinâmicos e de operação com crédito de forma responsável (ABRAMOVAY et al., 2003).

Por conta disso, neste ensaio teórico se faz necessário o estudo dos mercados em que a agricultura familiar está inserida e das contribuições dos autores da sociologia econômica e da teoria institucional para que haja uma compreensão dessas estruturas como constructos sociais, moldados por um conjunto de instituições que interferem nas relações entre os indivíduos.

Polanyi (2012) defende que o mercado não é somente oferta-demanda-preço e que as motivações humanas não se resumem simplesmente a atitudes materiais, mas podem ter outros propósitos, como políticos, religiosos e estéticos. Os seres humanos trabalham por uma variedade grande de razões. Segundo esse autor, as pessoas têm personalidades formadas a partir da experiência e da educação, e a sociedade tem uma história. Isso explicita que compreender os mercados significa analisar as instituições que modelam os comportamentos dos indivíduos nas transações, fomentando ou inibindo. Polanyi reafirma a ideia de *embeddedness*, defendendo que a economia está enraizada na sociedade e que, nas relações dos processos econômicos, é necessário dar importância aos aspectos políticos e culturais.

Granovetter (2007) desloca-se do enfoque de *embeddedness* (um conceito que emprestou de Polanyi), que capta a mediação do econômico pelo social, para a noção de construção social, onde o tipo de rede social é buscado na forma de funcionamento dos mercados. Os mercados são visualizados como extravasamento de redes sociais. A perspectiva de redes sociais de Granovetter é muito eficaz na explicação da resistência de mercados de proximidade, mesmo não regulados (WILKINSON, 2002).

Em se tratando de uma construção social, Wilkinson (2002) acrescenta a essa tipologia de redes uma suposição forte sobre a influência da posição do ator, que é, neste estudo, o agricultor familiar, por exemplo, em determinadas redes. O conceito da “força de laços fracos” de Granovetter (1982) aponta para a posição estratégica de um ator que, não sendo absorvido numa única rede, transita por várias redes com características distintas. Um exemplo empírico disso se dá através das redes sociais onde esses agricultores familiares conseguem construir, com outros atores, canais que servem para realizar a divulgação e comercialização dos seus produtos a distâncias mais longas. O autor aponta, inclusive, para a importância de outras redes sociais que podem dar suporte aos atores locais.

Para Long (1996), nos seus estudos sobre o global e o local, apontando novos rumos para a investigação rural, considera que é necessária a criação de uma perspectiva centrada no ator social. Segundo Long (2007), a vantagem da pesquisa que tem o enfoque centrado no ator é que ela demonstra a possibilidade de percepção de diferentes resultados em processos aparentemente homogêneos. Considera que os diferentes atores sociais são participantes ativos, com capacidade de criar estratégias através de suas interações sociais e institucionais. Assim, é possível o entendimento dos processos de construção dos projetos sociais de desenvolvimento e de como os diferentes atores agem nessa construção.

As redes de relações sociais se inserem irregularmente e em diferentes graus nos vários setores da economia, facilitando, desta forma, os fenômenos de que já se tem conhecimento, como a desconfiança, o oportunismo (apregoados na teoria institucional de North) e a desordem (GRANOVETTER, 2007).

Raud-Mattedi (2005), em seus estudos, entende que, para o sociólogo Max Weber, assim como para o também sociólogo Émile Durkheim, o ator econômico não se comporta como um dispositivo, que reage aos estímulos do mercado, mas de acordo com elementos subjetivos, que não são individuais, mas, sim, sociais, isto é, enraizados no longo prazo e disseminados pelas instituições. Tanto nos estudos de Weber como nos de Durkheim se encontra uma análise sociológica do mercado que insiste na dimensão socializadora da relação mercantil.

Emerge no meio rural também uma nova conformação econômica e demográfica que não se pode deixar de citar. Essa nova conformação se caracteriza fundamentalmente pela gradativa diminuição da lacuna existente entre o rural e o urbano, principalmente no que se refere ao mercado de trabalho, devido ao crescimento da população rural ocupada em atividades não agrícolas. O rural deixa de ser “sinônimo de atraso” e se desvincula da agricultura, que passa a ser uma de suas atividades (GRAZIANO DA SILVA, 2001). Esse novo rural seriam as famílias pluriativas, que são aquelas que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas, viabilizando a integração entre os setores (agricultura com comércio e serviços) e entre os espaços (rural com urbano).

Wilkinson (2008) também destaca a importância dos estudos sobre os mercados de trabalho não agrícolas e a pluriatividade no debate recente. As atividades agrícolas pluriativas, entendidas como uma estratégia da família para diversificar suas atividades, assim incluindo atividades não agrícolas fora do estabelecimento, e a assegurar a reprodução deste e sua permanência no meio rural (WILKINSON, 2008).

Segundo Graziano da Silva (1999), a deterioração das diferenças entre o rural e o urbano leva ao aparecimento de uma **série de acontecimentos sequenciais e ininterruptos** entre ambos. Esse estado de novos acontecimentos pode ser captado pela expressão *rurbanização*, de autoria de Gilberto Freyre (1982), que vai descrever a etapa atual do processo de mudança espacial e demográfica no contexto do desenvolvimento rural.

Entretanto, segundo Wanderley (2009), o debate mais interessante estaria nas condições e possibilidades pelos assim chamados mercados alternativos, principalmente nos nichos e nos mercados de proximidades propiciados por novos produtos, geralmente com maior valor agregado. Outra novidade que se revela são os chamados produtos tradicionais, que conquistam espaços em face da demanda por produtos artesanais (*slow food*) ou pelas características éticas (*fair trade*) ou mesmo concatenados com a sustentabilidade (orgânicos, agroecológicos) (WILKINSON, 2008).

O embeddedness da economia em redes sociais, no entendimento de Wilkinson (2002), se conecta diretamente com questões de confiança, diminuindo o oportunismo dentro da rede, e também oferece elementos importantes para compreender a força de mercados de proximidade, mesmo não regulados, bem como as condições de expansão e difusão. Esse aspecto se remete a recordar o que apregoa a Teoria da Força dos Laços Fracos, de Granovetter (1982). A sociologia econômica demonstra que os problemas ocasionados pelo oportunismo, tão caros à tradição de Williamson e à Teoria dos Custos de Transação, são mais bem interpretados sob o prisma de redes sociais do que do individualismo metodológico.

Os mercados são comparados como redes de relações entre os indivíduos moderados por instituições, sendo, no caso, as da teoria de North, também apontadas como construções sociais.

Assim, na concepção de Granovetter, a rede social não se posiciona como uma precaução de externalidades positivas frente ao oportunismo intrínseco ao comportamento individual. Nesta mesma linha de pensamento, indica-se a preocupação com a relação entre redes sociais e o aparecimento de diferentes tipos de mercados. O aspecto inovador da sociologia econômica, para Wilkinson (2002), é a intenção de explicar o funcionamento dos mercados a partir de um comportamento de redes sociais. O mercado, sendo uma construção social, então não pode ser interpretado pelas motivações individuais dos agentes, dos atores, ou seja, neste estudo, pelas motivações individuais dos agricultores familiares (WILKINSON, 2002).

Ainda segundo Wilkinson (2002), a persistência e a resistência da pequena agroindústria, a título de exemplo, são devidas ao seu *embeddedness* (enraizamento da economia capaz de diminuir custos de transação propostos nos estudos de Williamson), enquanto a sua adequação à mutação dos mercados e aos novos métodos de regulação exigem empenho de construção social de mercados.

A respeito dessa discussão, Wilkinson (2003) aponta quatro principais formas tradicionais de acesso aos mercados: acesso direto no mercado local e informal, intermediação via atravessador, integração com a agroindústria e compras por parte do poder público. Este nosso ensaio teórico tem o foco na primeira forma: mercados locais ou de proximidade.

Os mercados de proximidade são mercados em que prevalecem as relações de troca entre pessoas que se mobilizam via relações de parentesco, interconhecimento e mutualidade, tudo ocorrendo num âmbito com uma tipologia específica. Nessa especificidade, segundo Schneider (2016), o produtor familiar é produtor de excedentes, comercializa seus produtos nos processos de venda direta, geralmente em um dado local, num mercado *spot*, numa relação de troca entre indivíduos e solidária, em um formato de regulação amparado principalmente na confiança e na amizade pelos seguintes canais de comercialização: na propriedade no sistema colhe-pague, no domicílio, na beira de estradas, entrega direta, feiras locais e grupos de consumo.

Segundo Escobar (2007), o que se procura é a investigação das representações e das alternativas que poderão subsistir em cenários locais concretos, num contexto característico da nova era do “capital ecológico” e das buscas por biodiversidade mundial. Tais buscas – entre o capital global e os intentos da biotecnologia, de um lado, e, de outro, as comunidades – constituem o estado mais aprimorado na conciliação dos significados do desenvolvimento.

Darolt (2013) enfatiza que os mercados locais e a comercialização em circuitos curtos -- também chamados de cadeias curtas ou redes curtas associadas à agroecologia, por exemplo -- podem ser a chave para interligar produtores e consumidores de alimentos ecológicos sem a presença de atravessadores e uma maneira de incentivar o desenvolvimento dos mercados locais. Os

circuitos curtos de comercialização são iniciativas que impulsionam à retomada do contato entre produtores e consumidores.

Mundler (2008) argumenta que a fusão entre agricultura ecológica e circuitos curtos tem impactos positivos em várias dimensões, como: i) na economia local, originando oportunidades de trabalho e de renda; ii) na dimensão social, com a aproximação entre produtores e consumidores; e iii) na dimensão ambiental, com o reconhecimento da importância da paisagem e dos recursos naturais.

A congruência do desenvolvimento em circuitos curtos se reproduz na organização das propriedades rurais. Nesse âmbito, as práticas agrícolas manuseadas, os volumes de produção e as variedades de produtos, mais a organização do trabalho, devem conciliar-se para atender às demandas dos consumidores (MUNDLER, 2008). Assim, geralmente são os agricultores que se moldam aos circuitos de comercialização e não o contrário. Para atender à demanda dos consumidores em diversidade, quantidade, regularidade e qualidade, novas formas de comercialização têm sido implementadas, como os circuitos em redes (MUNDLER, 2008).

Darolt (2013) salienta que o mercado institucional atende ao que se pode classificar como consumidor coletivo dentro de um circuito curto de comercialização, chamado também como venda direta pelo governo brasileiro. Assim, por meio de programas de governo, os alimentos de base ecológica são comprados diretamente dos agricultores familiares ou das associações e cooperativas de produtores e vêm até a população via entidades de assistência social do governo e escolas públicas. Esses programas são inseridos nas políticas públicas orientadas para garantir a segurança alimentar e nutricional da população do entorno. Nos últimos anos, no Brasil, dois programas se destacaram na compra de produtos de base ecológica: o Programa de Aquisição de Alimentos -- PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar -- PNAE.

Os circuitos curtos requerem proximidade geográfica, participação ativa do consumidor e, quando se faz necessário, apenas um intermediário conhecedor do processo. Chaffotte e Chiffolleau (2007) reforçam que os circuitos curtos permitem uma condição mais bem remunerada ao produtor, preços mais acessíveis ao consumidor, melhor aproveitamento da produção local, geração de empregos e dinamização da economia local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve por objetivo fazer uma reflexão teórica sobre as principais tendências e discussões que envolvem a construção do tema do desenvolvimento (rural), da agricultura familiar e dos mercados em que transcorrem as transações. Essa reflexão foi baseada nas contribuições dos autores da sociologia econômica e da teoria institucional que consideram os mercados como

constructos sociais, moldados por um conjunto de instituições que interferem nas relações entre os indivíduos no espaço, no caso, no espaço rural.

Diante da análise do contexto social, político e econômico em que emergiu o debate sobre o desenvolvimento rural entre estudiosos e pesquisadores, os autores institucionalistas sugeriram que as unidades de análise deveriam ser as transações. A opção então foi eleger os mercados como uma unidade representativa dessas transações.

Existe grande proximidade entre a economia institucional e a sociologia econômica, uma vez que ambas fazem críticas aos pressupostos da economia neoclássica e consideram as instituições e o *path dependence* como determinantes na ação dos indivíduos na análise e que a trajetória da história importa e é capaz de reforçar o caminho seguido outrora. Os mercados são considerados estruturas socialmente construídas e moldadas por um sistema de instituições e, com isso, se abandona a ideia neoclássica de que o mercado é um ser soberano e abstrato que tem vontades próprias movimentadas somente pelo aspecto econômico.

Este trabalho aponta que vêm aparecendo, de forma recorrente em estudos sobre mercados, que, em última análise, todos os mercados são socialmente construídos e estão imersos (*embedded*) em relações sociais e econômicas.

O grupo das regras formais e informais pode ser achado na matriz institucional das sociedades e a dinâmica dessa matriz será o path dependence. North lança mão do seu conceito de path dependence para explicar como a fonte da mudança incremental é a aprendizagem. A ideia central é a de que a dependência de caminho vem de mecanismos de retornos crescentes que reforçam a direção uma vez adotada, daí as resistências à mudança institucional (NORTH, 1990,1981).

Os estudos parecem ter um relativo consenso sobre o papel da agricultura familiar e das formas heterogêneas de sua inserção na dinâmica da economia capitalista. Mesmo que de forma disseminada, as abordagens tendem a concordar que, no Brasil e em outros lugares do mundo, o foco das ações do desenvolvimento rural deve ser o combate à pobreza e às muitas fragilidades das populações rurais (SCHNEIDER, 2010).

Os mercados locais ou de proximidade demonstram serem alternativas de que a agricultura familiar pode lançar mão e cada mercado é um *locus* específico, em geral um povoado rural ou um pequeno município, onde ocorrem as transações (DAROLT, 2013). Trata-se de mercados socialmente construídos e nos quais as trocas materiais estão imersas em relações sociais de reciprocidade e de interconhecimento. A valorização da agricultura familiar e o reconhecimento de seu potencial dinamizador das economias locais talvez seja o principal ponto de consenso. Esses pesquisadores sustentam o argumento de que a capacidade de inovação dos agricultores familiares e

a sua interação com as instituições locais são fundamentais para que possam ampliar a geração e a agregação de valor, assim como reduzir custos de transação e estimular economias de escopo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas, SP: Editora da Unicamp/Hucitec, 1992.

_____. De volta para o futuro: mudanças recentes na agricultura familiar. Seminário Nacional do Programa de Pesquisa em Agricultura Familiar da EMBRAPA, v. 1, p. 17-27, 1997.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Edusp, 2012.

ABRAMOVAY, Ricardo et al. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. In: Agricultura em São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11-24, 2003.

CHAFFOTTE, Lydie; CHIFFOLEAU, Yuna. Circuits courts et vente directe: définition, typologie et évaluation. *Cahiers de l'Observatoire CROC*, n. 1 et 2, février/mars, 2007.

CHAYANOV, Alexander. A teoria das cooperativas camponesas. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2017.

COASE, Ronald H. The nature of the firm. *Economica*, London, New Series, v. 4, n. 16, p. 386-405, Nov. 1937.

COMMONS, John R. Institutional economics, its place in political economy. Madison: University of Wisconsin Press, 1959.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba, PR: Kairós, 2013. p. 139-170.

DEQUECH, David. Bounded rationality, institutions, and uncertainty. *Journal of economic issues*, v. 35, n. 4, p. 911-929, 2001.

DIAMOND, Jared. Colapso: como as sociedades escolhem o fracasso ou o sucesso. 5. ed. São Paulo: Record, 2007.

ESCOBAR, Arturo. La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo. Traducción de Diana Ochoa. 1ra. edición. Caracas: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

FAVARETO, Arílson da Silva. Paradigmas do desenvolvimento rural em questão -- do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental). Universidade de São Paulo. 2006.

FREYRE, Gilberto. Rurbanização: que é?. Recife, PE: Massangana, 1982.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GALA, Paulo. "A teoria institucional de Douglass North". Revista de Economia Política. v. 23, n. 2 (90), p. 89-105, 2003.

GARCIA JÚNIOR, Afrânio. O sul: caminho do roçado (estratégias de reprodução camponesa e transformação social). São Paulo: Marco Zero/Unb, 1989.

GRANOVETTER, Mark. The streng of weak ties. A network theory revisited in Marsden, Peter V. y Nan, Lin (Eds.). Social atructure and network analysis. London: Sage, 1982. p. 105-130.

_____. Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão. Fórum – Sociologia Econômica. RAE-eletrônica, v. 6, n. 1, 2007.

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas, SP: Editora da UNICAMP/Instituto de Economia, 1999.

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Textos para Discussão Nead, Campinas/SP, v. 2, p. 5-52, 2001.

KAUTSKY, Karl. A questão agrária. Tradução de Otto Erich Walter Maas. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LONG, Norman. Globalización y localización: nuevos retos para la investigación rural. In: *La Sociedad Rural Mexicana Fuente al Nuevo Milenio*, vl.1: L' Inserción de la Agricultura Mexicana en la Economía Mundial / S.M.L. Flores, M. Chauvet, p. 35-74. – Mexico, 1996.

_____. *Sociología del desarrollo: una perspectiva centrada en el actor*. México, Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social: El Colegio de San Luis. 2007. 504 p.

MENDRAS, Henri. *Sociétés paysannes*. Paris: Armand Colin, 1976.

MUNDLER, Patrick (Org.). *Petites exploitations diversifiées en circuits courts. Soutenabilité Sociale et Économique*. Lyon: ISAARA, 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, v. 16, n. 44, p. 83-100, 2001.

NORTH, Douglass. *Structure and change in economic history*. Norton, 1981.

_____. *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press: 1990. 152 p.

. *Institutions*. *Journal of Economic Perspective*, Pittsburgh, v. 5, n. 1, p. 97-112, Winter 1991.

Institutional change: a framework of analysis. *Social Rules*, p. 189-201, 1994.

Custos de transação, instituições e desempenho econômico. Rio de Janeiro: Editora do Instituto Liberal, 2006.

PLEIN, Clério. *As metamorfoses da agricultura familiar: o caso do município de Iporã d'Oeste, Santa Catarina*. 2003. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS. 2003.

POLANYI, Karl. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAUD-MATTEDI, Cécile. A construção social do mercado em Durkheim e Weber: análise do papel das instituições na sociologia econômica clássica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005.

ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SACHS, Jeffrey D. *O fim da pobreza*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, vl. 30, n. 3, São Paulo, jul./set. 2010.

SCHNEIDER, S. A presença e as potencialidades da agricultura familiar na América Latina e no Caribe. *Redes (Santa Cruz Sul, on-line)*, v. 21, n. 3, p. 11- 33, set./dez. 2016.

_____. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. In: Congresso Europeu de Sociologia Rural. Wageningen, Holanda, 20-24 ago. 2007.

SEN, Amartya. *Repenser l'inegalité*. Paris: Seuil, 1992.

THOMAS, Alan. Development as practice in a liberal capitalista world. *Journal of International Development*, 12, 773-787, 2000.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Rio Grande do Sul –RS:UFRGS Editora, 2008.

VEBLER, Thorstein. *A Teoria da Classe Ociosa – um estudo econômico das instituições*. Tradução de Olívia Krähenbühl. São Paulo: Ática, 1974.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *O mundo real como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2009.

WILKINSON, John. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: *inputs* para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 805-824, 2002.

WILKINSON, John. A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar na América Latina. Estudos sociedade e agricultura, 2003.

WILKINSON, John. Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar. UFRGS, 2008.

WILLIAMSON, Oliver E. Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications. New York: Free Press, 1975.

_____. The economic institutions of capitalism: firms, markets, relational contracting. New York: Free Press, 1985.

_____. The mechanisms of governance. New York: Oxford University Press, 1996.

_____. Transaction cost economics and organization theory. HBS Conference on Organization Design. December 5-6, 2008.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Papel dos contratos na coordenação agro-industrial: um olhar além dos mercados. In: SOUZA, José Paulo de; PRADO, Ivanor Nunes do (Org.). Cadeias produtivas: estudos sobre competitividade e coordenação. 2. ed. Maringá, PR: Editora da UEM, 2009.